



# DIÁRIO OFICIAL

## D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIII Nº 29

BRASÍLIA – DF, QUARTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2013

PREÇO R\$ 3,00

### SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Legislativo.....	1		90
Atos do Poder Executivo .....	2	71	90
Vice-Governadoria .....		74	
Casa Civil.....	61	74	90
Secretaria de Estado de Governo.....		75	92
Secretaria de Estado de Transparência e Controle .....	62	76	
Secretaria de Estado de Agricultura, e Desenvolvimento Rural .....	62	76	
Secretaria de Estado de Cultura.....	62		92
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.....		76	93
Secretaria de Estado de Educação.....	62	77	93
Secretaria de Estado de Fazenda.....	65		94
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.....	66		
Secretaria de Estado de Obras.....	67		94
Secretaria de Estado de Saúde .....	67	78	96
Secretaria de Estado de Segurança Pública .....	68	81	99
Secretaria de Estado de Transportes .....	69	84	101
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.....	69	85	102
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.....	69	85	103
Secretaria de Estado de Esporte .....			103
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.....		87	104
Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social .....		87	
Secretaria de Estado da Criança.....		88	
Secretaria de Estado da Defesa Civil.....		89	
Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014.....			104
Procuradoria Geral do Distrito Federal.....		89	104
Defensoria Pública do Distrito Federal.....		89	
Tribunal de Contas do Distrito Federal.....		89	104
Ineditoriais .....			104

### SEÇÃO I

#### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DA MESA DIRETORA Nº 04, DE 2013.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara Legislativa do Distrito Federal referente ao terceiro quadrimestre de 2012.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a contida no art. 39 do Regimento Interno e à vista do contido no processo 001-000.592/2012, e ainda em cumprimento ao disposto no art. 54 combinado com o art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE: Art. 1º Tomar público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL referente ao 3º quadrimestre de 2012, conforme anexo.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 30 de janeiro de 2013.

Deputado WASNY DE ROURE

Presidente

Deputado AGACIEL MAIA  
Vice-Presidente

Deputada ELIANA PEDROSA  
Primeira Secretária

Deputado ISRAEL BATISTA  
Segundo Secretário

Deputado AYLTON GOMES  
Terceiro Secretário

ANEXO AO ATO DA MESA DIRETORA Nº 04, DE 2013.

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LÍQUIDAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>(I) DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>250.758.044,98</b>	<b>1.579.855,82</b>
Pessoal Ativo	222.360.845,75	1.579.855,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.397.199,23	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização (art. 18, §1º, LRF)	-	-
<b>(II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF)</b>	<b>41.127.670,01</b>	<b>-</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 206/433/454 (art. 73, Inc. III da LC 769/2008)	14.818.780,05	-
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 254 (art. 19, Inc. VI da LRF)	12.479.019,32	-
Decorrentes de Decisão Judicial	1.145,23	-
Despesas de Exercícios Anteriores - Ativo	3.507.909,15	-
Despesas de Exercícios Anteriores - Inativo e Pensionistas - fonte 206	1.099.399,86	-
Licença Prêmio em Pecúnia (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	917.296,65	-
Abono Permanência (Decisão 67/2007-TCDF)	1.116.448,41	-
Abono Pecuniário (Decisão 18/2003-TCDF)	5.459.951,74	-
Ajuda de Custo dos Parlamentares (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	340.719,95	-
Indenizações e Resituições de Pessoal	101.520,53	-
Indenização por Exoneração e Demissão (Parecer nº 7/2011-PG-CLDF)	1.285.479,12	-
<b>(III) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (I) - (II)</b>	<b>209.630.374,97</b>	<b>1.579.855,82</b>
<b>(IV) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III a) + (III b)</b>	<b>-</b>	<b>211.210.230,79</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
(V) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0	14.312.436.247,00
(VI) % da Despesa Total com Pessoal sobre a RCL (IV / V)*100	0	1,48%
LIMITE MÁXIMO (Art. 20, II, "a" da LRF / Decisão 4056/2009-TCDF)	1,70%	243.311.416,20
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único do art. 22 da LRF = 95%)	1,62%	231.145.845,39

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF

Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

#### Notas Explicativas:

- Este demonstrativo foi elaborado conforme o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (3ª ed.).
- A partir do exercício de 2009 os valores das despesas com pessoal inativo e pensionistas passaram a ser contabilizados pelo
- As fontes 206 e 254, a partir do exercício de 2009, substituíram as fontes 106 e 154.
- A partir do exercício de 2010 as férias indenizadas passaram a ser deduzidas neste demonstrativo, conf. Parecer nº 7/2011-PG-

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro a dezembro de 2012)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	-	No Exercício	-
		De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	400.848,34
Conta Vinculada	-		
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
<b>TOTAL DO RECURSOS VINCLADOS</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES VINCLADAS</b>	<b>400.848,34</b>

Caixa	-	Depósitos	53.012,97	
Bancos	44.709.237,53	Restos a Pagar Processados	35.379,24	
Conta Movimento	22.227,45	No Exercício	35.379,24	
Conta Vinculada - Conta Única	44.633.997,11	De Exercícios Anteriores	-	
Conta Vinculada - Cauções	53.012,97			
Aplicações Financeiras	-	RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	-	
Conta Aplicação	-			
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>44.709.237,53</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES NÃO VINCULADAS</b>	<b>88.392,21</b>	<b>44.620.845,32</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>44.709.237,53</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>489.240,55</b>	<b>44.219.996,98</b>

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF  
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro a dezembro de 2012)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados (Não)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
100 - Ordinário Não Vinculado	-	35.379,24	-	23.795.597,37	44.219.996,98
<b>TOTAL</b>	-	35.379,24	-	23.795.597,37	44.219.996,98

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF  
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro a dezembro de 2012)

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal sobre a RCL - DTP	211.210.230,79	1,48%
LIMITE MÁXIMO (Art. 20, II, "a" da LRF / Decisão 4056/2009-TCDF)	243.311.416,20	1,70%
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único do art. 22 da LRF = 95%)	231.145.845,39	1,62%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>
Valor apurado no Demonstrativo de Restos a Pagar	23.795.597,37	44.219.996,98

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF  
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro a dezembro de 2012)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	24.537,49	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	24.537,49	No Exercício	-
		De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	8.847.974,16	RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	-
Conta Vinculada	8.847.974,16		
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	1.364,32

<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>8.872.511,65</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES VINCULADAS</b>	<b>1.364,32</b>	<b>8.871.147,33</b>
Caixa	-	Depósitos	-	
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	58.836,64	
Conta Vinculada - Conta Única	-	No Exercício	-	
Conta Vinculada - Cauções	-	De Exercícios Anteriores	58.836,64	
Aplicações Financeiras	-	RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	-	
Conta Aplicação	-			
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES NÃO VINCULADAS</b>	<b>58.836,64</b>	<b>58.836,64</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>8.872.511,65</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>60.200,96</b>	<b>8.812.310,69</b>

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF  
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
(Janeiro a dezembro de 2012)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
100 - Ordinário Não Vinculado	-	-	-	-	-
120 - Diretamente Arrecadados	-	-	-	35.000,00	8.812.310,69
<b>TOTAL</b>	-	58.836,64	-	3.873.949,08	8.812.310,69

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF  
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

DULCE PORTELA VAZ DE OLIVEIRA  
REINER  
Diretora de Administração e Finanças Substituta

EDMILSON GASPAS DE MELO  
Chefe da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

LEI Nº 5.022, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e dá outras providências. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Lei regula a aplicação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV, prevista nos arts. 204 a 208 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se em todo o território do Distrito Federal.

Art. 2º O EIV constitui instrumento de planejamento, controle urbano e subsídio à decisão do Poder Público para aprovação de projeto, emissão de autorização ou licença para implantação, construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades públicos ou privados, em área urbana ou rural, que possam colocar em risco a qualidade de vida da população, a ordenação urbanística do solo e o meio ambiente, causar-lhes dano ou exercer impacto sobre eles. §1º A realização de EIV não pode ser aplicada para autorizar a implantação de empreendimentos e atividades em discordância com as normas urbanísticas.

§2º O atestado de viabilidade é o documento que autoriza e orienta a aprovação de projetos e a emissão de autorização ou licença para implantação, construção, ampliação ou funcionamento para os casos previstos nesta Lei.

§3º A realização de EIV pode ser aplicada às operações urbanas consorciadas e às atividades do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º São objetivos da aplicação do EIV:

I – abordar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente ou usuária da área de estudo e suas proximidades;

II – assegurar o respeito ao interesse coletivo quanto aos limites do parcelamento, do uso, da

**DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL**

Redação e Administração:  
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.  
CEP: 70075-900, Brasília - DF  
Telefones: (0XX61) 3961.4502 - 3961.4503  
Editoração e impressão: POOL EDITORA LTDA

AGNELO QUEIROZ  
Governador  
TADEU FILIPPELLI  
Vice-Governador  
SWEDENBERGER BARBOSA  
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil  
GUILHERME HAMÚ ANTUNES  
Coordenador-Chefe do Diário Oficial - interino